

29 JUL 1987

Viva a Constituinte

WALDER DE GÓES

FOLHA DE SÃO PAULO

Os ataques generalizados à Constituinte são uma grave injustiça. Injustiça não aos constituintes, mas à Assembléia pelo que ela representa como fato e processo. Os ataques refletem análise grosseira do que está se passando e desconhecimento das contribuições originais que o funcionamento da Constituinte está dando ao avanço político do país. Duas contribuições são especialmente notáveis: a melhoria dos padrões de educação política do povo e a formação de uma nova elite política no país.

É a primeira vez na história brasileira que se discute abertamente, com envolvimento dinâmico dos meios de comunicação de massa, questões tais como a função da lei constitucional e a da lei ordinária, os direitos e os deveres dos cidadãos, o papel das instituições públicas e privadas. Num país com índices tão altos de ignorância política, os efeitos educacionais desse debate deverão ser extraordinários. Estamos produzindo cidadania. Tudo o que a grande massa sabe sobre direitos constitucionais do cidadão, no Brasil, vem dos filmes policiais americanos. O sargento prende o criminoso e diz a ele: "Agora vou ler seus direitos constitucionais". E lhe diz que o silêncio é um direito dele e tudo o que disser poderá ser contra ele invocado.

A crítica à Constituinte diz que seus integrantes não sabem distinguir entre lei constitucional e lei ordinária e ainda que produziram um anteprojeto detalhista e contraditório. Ainda bem. Caso não estivéssemos tendo a confusão conceitual, as contradições e o detalhismo, o debate estaria sendo pobre. O processo constituinte está envolvendo e apaixonando uma grande massa de brasileiros justamente por aquelas razões. Se, em vez do que está ocorrendo, duas dezenas de sábios houvessem envolvido a Constituinte, fazendo-a aprovar rapidamente um texto enxuto e coerente, que debate teríamos? A Constituição iria refletir um consenso restrito, uma coerência também irrestrita e seria ilegítima. As pressões para

reformá-la seriam fortes e imediatas. É o debate em curso que promete ao futuro texto alguma legitimidade e alguma estabilidade.

A crítica diz ainda que a Constituinte é uma grande confusão e que as proposições são de baixo nível. Grande confusão não é. Só quem não conhece o processo legislativo pode pensar assim. Ora, uma assembléia —de constituintes, de legisladores ordinários ou de membros de um sindicato— aparenta, mesmo, uma grande confusão. É da natureza da coisa. Há um grande alarido, muitas idéias exóticas, muito conflito político e ideológico. Tais são os processos naturais de uma grande negociação entre interesses contraditórios. No fim, porém, chega-se a um ponto de equilíbrio. Muito do que se chama de confusão poderia ser evitado, realmente, caso um projeto prévio houvesse sido tomado como base. Ainda bem que não o tivemos. Se o povo é a fonte do poder e se uma Constituinte é a vontade popular organizada, então é melhor que não haja projeto prévio, pois ele refletiria a existência de um poder paralelo, que coibiria o debate.

Muitas proposições são, realmente, de baixo nível. E isso acontece justamente porque somos um país carente de debate político. O baixo nível das proposições resulta do nível baixo da educação política do povo, o que, por sua vez, resulta da escassez de debate. O Brasil é um país que se tornou social e economicamente complexo e politicamente simples e atrasado. O caminho para levar o Brasil político ao padrão do Brasil sócio-econômico é mesmo este: deixar que o baixo nível apareça, porque ele é real; fazê-lo representado, nos partidos e nas casas legislativas; deixar que o conflito político e ideológico flua livremente, produzindo-se negociação; enfim, promovendo-se debate que permita o aparecimento de todas as virtudes e de todas as mazelas. Vou dar um exemplo. Caso não houvesse surgido a proposta imbecil de proibir os bancos estrangeiros de funcionarem no Brasil, o

que permitiu o aparecimento de argumentos adequados em contrário, como as pessoas iriam saber que a proposta era imbecil?

Foi o aparecimento da tolice, da imbecilidade, do equivocado que excitou o debate, fazendo-o tematicamente abrangente e envolvendo grande parte da população. Com isso, ampliou-se o conhecimento da população sobre uma vasta agenda de questões políticas. A política avançou. Se avançar mais, acabaremos numa democracia. Pois não é possível fazer uma democracia com o baixo nível de educação política que temos, quanto ao povo e quanto às elites. Esse mesmo debate, permitindo também o surgimento do argumento inteligente, racionalmente orientado, haverá de corrigir, no processo constituinte, muito da tolice, da imbecilidade e do equivocado. No fim poderemos ter uma Constituição razoável, com os inevitáveis equívocos. Todas as Constituições brasileiras os tiveram e muitas Constituições de países desenvolvidos os têm.

Ademais, a Constituinte está fazendo um trabalho extraordinário de renovação e formação de elite política. Estamos vindo de um longo período de hibernação da política, em que as elites velhas se cristalizaram e impediram o surgimento de novas. O legislativo esvaziado dos últimos decênios, o autoritarismo, os casuísmos eleitorais e a subalternização da política inibiram muitas vocações e deformaram outras. As vocações políticas potenciais foram canalizadas para a tecnocracia, a vida empresarial, a vida acadêmica e outras atividades mais estáveis e menos arriscadas. Além do mais, o regime militar reprimiu os canais tradicionais de formação de líderes, como a política estudantil, o sindicalismo e os movimentos civis de forma geral.

As eleições do ano passado, supervalorizadas por causa da Constituinte, levaram numerosos grupos, até então indiferentes à vida político-partidária, a fazerem investimentos iné-

ditos e talvez irrepelíveis no processo eleitoral. Operou-se uma renovação de 72% do Congresso. A nova safra de políticos foram oferecidas condições de desempenho, liberdade de ação e articulação, meios de comunicação e outros recursos. A Constituinte e os trabalhos do Congresso ordinário funcionarão como um rito de passagem de seus quadros. Uns ficam, outros se perdem. E assim se vai recrutando e formando uma nova elite, pois se abre a política a grupos imprevistos e se lhes dá condições efetivas de treinamento. O que ficar pode não ser bom, em grande parte é mesmo muito ruim, mas é o que temos na sociedade e, agora, chega à política. E chega com memória social nova, em contraposição à elite estamental que se cristalizou na vassalagem aos militares.

A experiência da Constituinte, em especial, está obrigando os atores a definições ideológicas sem precedentes na história parlamentar recente. É claro que tem muito personalismo e muito clientelismo. Mas não é só isso. Como disse minha colega Teresa Cruvinel, a prática da dissimulação de posições ficou questionada e seu exercício será ainda mais difícil quando se chegar às votações tema-a-tema no plenário da Assembléia. É certo que esses desnudamentos acarretarão fissuras e cisões nos partidos, principalmente no PMDB. Nesse sentido, talvez estejamos também chegando ao fim da política de frentes. As frentes foram necessárias contra o regime autoritário, mas felizmente é incapaz de sobreviver ao jogo democrático com eleitorados atentos.

Enfim, a Constituinte pode parecer mesmo uma grande confusão e pôde mesmo produzir grandes equívocos. Mas sob muitos aspectos ela está dando o primeiro passo de um processo que, podendo melhorar a política, promete também melhorar o país.